



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

ANO XXXII — Nº 052

QUARTA-FEIRA, 1º DE JUNHO DE 1977

BRASÍLIA — DF

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 99ª SESSÃO CONJUNTA, EM 31 DE MAIO DE 1977

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Discursos do Expediente

DEPUTADO PEIXOTO FILHO — Transcurso do aniversário natalício do Marechal Paulo Torres.

DEPUTADO DASO COIMBRA — Taxas abusivas que vêm sendo cobradas em estacionamentos de automóveis na cidade de Niterói—RJ.

DEPUTADO JOSÉ ZAVAGLIA — Projeto de lei de autoria de S. Ex^a, dispondo sobre a criação da Faculdade de Medicina de São Carlos — SP.

DEPUTADO JERÔNIMO SANTANA — Perseguições movidas contra colonos e posseiros no Território de Rondônia.

DEPUTADO ANTÔNIO BRESOLIN — Trabalho desenvolvido pelo jornalista Alberto André, na Presidência da Associação Rio-grandense de Imprensa, no ano de 1976.

DEPUTADO FLORIM COUTINHO — Denúncia de presença de policial em reunião do MDB em cidade do interior do Estado de São Paulo.

DEPUTADO MINORU MASSUDA — Prevalência do político sobre o técnico e o tecnocrata na gestão da coisa pública.

DEPUTADO ANTÔNIO UENO — Registro da quota de 130 milhões de novos pés de café plantados no Estado do Paraná.

DEPUTADO GERALDO GUEDES — Manifestação de pesar pelo falecimento do Prof. Waldemar de Oliveira.

DEPUTADO FERNANDO COELHO — Posse do escritor Luiz Vital Duarte na Academia de Artes e Letras de Pernambuco.

1.2.2 — Comunicação da Presidência

Convocação de sessão conjunta a realizar-se amanhã, às 19 horas, com Ordem do Dia que designa.

1.3. — ORDEM DO DIA

Projeto de Decreto Legislativo nº 49/77-CN, que aprova o texto do Decreto-lei nº 1.536, de 13 de abril de 1977, que reajusta os vencimentos dos servidores das Secretarias do Tribunal Federal de Recursos e do Conselho da Justiça Federal, e dá outras providências. *Aprovado, à promulgação.*

1.4 — ENCERRAMENTO

2 — DISCURSO PROFERIDO EM SESSÃO ANTERIOR

— Do Sr. Deputado Abel Ávila, pronunciado na sessão conjunta de 20-5-77.

ATA DA 99ª SESSÃO CONJUNTA, EM 31 DE MAIO DE 1977

3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 8ª Legislatura

PRESIDÊNCIA DO SR. MAURO BENEVIDES

ÀS 18 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Adalberto Sena — Altevir Leal — José Guimard — Braga Junior — Evandro Carreira — José Lindoso — Cattete Pinheiro — Jarbas Passarinho — Renato Franco — Alexandre Costa — Henrique de La Rocque — José Sarney — Helvídio Nunes — Petrólio Portella — Mauro Benevides — Wilson Gonçalves — Agenor Maria — Dinarte Mariz — Jessé Freire — Domicio Gondim — Milton Cabral

— Ruy Carneiro — Marcos Freire — Paulo Guerra — Arnon de Mello — Luiz Cavalcante — Gilvan Rocha — Lourival Baptista — Heitor Dias — Luiz Viãna — Ruy Santos — Dirceu Cardoso — Eurico Rezende — João Calmon — Nelson Carneiro — Gustavo Capanema — Itamar Franco — Magalhães Pinto — Orestes Quêrcia — Otto Lehmann — Benedito Ferreira — Lázaro Barboza — Osires Teixeira — Itálvio Coelho — Mendes Canale — Saldanha Derzi — Accioly Filho — Evelásio Vieira — Lenoir Vargas — Otair Becker — Daniel Krieger — Paulo Brossard — Tarso Dutra.

EXPEDIENTE

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

EVANDRO MENDES VIANNA

Diretor-Geral do Senado Federal

ARNALDO GOMES

Diretor Executivo

HELVECIO DE LIMA CAMARGO

Diretor Industrial

PAULO AURELIO QUINTELLA

Diretor Administrativo

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Via Superfície:

Semestre Cr\$ 200.00

Ano Cr\$ 400.00

Via Aérea:

Semestre Cr\$ 400.00

Ano Cr\$ 800.00

(Exemplar Avulso: Cr\$ 1,00)

Tiragem: 3.500 exemplares

E OS SRS. DEPUTADOS

Acre

Nabor Júnior — MDB; Nossier Almeida — ARENA; Ruy Lino — MDB.

Amazonas

Antunes de Oliveira — MDB; Joel Ferreira — MDB; Mário Frota — MDB; Rafael Faraco — ARENA; Raimundo Parente — ARENA.

Pará

Alacid Nunes — ARENA; Edison Bonna — ARENA; Gabriel Hermes — ARENA; Jader Barbalho — MDB; João Menezes — MDB; Jorge Arbage — ARENA; Júlio Viveiros — MDB; Juvêncio Dias — ARENA; Newton Barreira — ARENA; Ubaldo Corrêa — ARENA.

Maranhão

Epitácio Cafeteira — MDB; Eurico Ribeiro — ARENA; João Castelo — ARENA; José Ribamar Machado — ARENA; Luiz Rocha — ARENA; Magno Bacelar — ARENA; Temístocles Teixeira — ARENA; Vieira da Silva — ARENA.

Piauí

Celso Barros — MDB; Correia Lima — ARENA; Dyrno Pires — ARENA; Hugo Napoleão — ARENA; João Clímaco — ARENA; Murilo Rezende — ARENA; Paulo Ferraz — ARENA; Pinheiro Machado — ARENA.

Ceará

Antonio Moraes — MDB; Claudino Sales — ARENA; Ernesto Valente — ARENA; Figueiredo Correia — MDB; Flávio Marcílio — ARENA; Furtado Leite — ARENA; Gomes da Silva — ARENA; Januário Feitosa — ARENA; Jonas Carlos — ARENA; Mauro Sampaio — ARENA; Ossian Araripe — ARENA; Paes de Andrade — MDB; Parsifal Barroso — ARENA; Paulo Studart — ARENA; Vilmar Pontes — ARENA.

Rio Grande do Norte

Antônio Florêncio — ARENA; Francisco Rocha — MDB; Henrique Eduardo Alves — MDB; Pedro Lucena — MDB; Ulisses Potiguar — ARENA; Vingt Rosado — ARENA; Wanderley Mariz — ARENA.

Paraíba

Ademar Pereira — ARENA; Álvaro Gaudêncio — ARENA; Antônio Gomes — ARENA; Antônio Mariz — ARENA; Arnaldo Lafayette — MDB; Humberto Lucena — MDB; Marcondes Gadelha — MDB; Maurício Leite — ARENA; Octacílio Queiroz — MDB; Teotônio Neto — ARENA; Wilson Braga — ARENA.

Pernambuco

Aderbal Jurema — ARENA; Airon Rios — ARENA; Carlos Alberto Oliveira — ARENA; Carlos Wilson — ARENA; Fernando Coelho — MDB; Fernando Lyra — MDB; Geraldo Guedes — ARENA; Gonzaga Vasconcelos — ARENA; Inocêncio Oliveira — ARENA; Jarbas Vasconcelos — MDB; Joaquim Coutinho — ARENA; Joaquim Guerra — ARENA; Josias Leite — ARENA; Lins e Silva — ARENA; Marco Maciel — ARENA; Ricardo Fiuza — ARENA; Sérgio Murilo — MDB; Thales Ramalho — MDB.

Alagoas

Antonio Ferreira — ARENA; Geraldo Bulhões — ARENA; José Alves — ARENA; José Costa — MDB; Theobaldo Barbosa — ARENA; Vinicius Cansanção — MDB.

Sergipe

Celso Carvalho — ARENA; Francisco Rollemberg — ARENA; José Carlos Teixeira — MDB; Passos Pôrto — ARENA; Raimundo Diniz — ARENA.

Bahia

Afrísio Vieira Lima — ARENA; Antonio José — MDB; Djalma Bessa — ARENA; Henrique Brito — ARENA; Henrique Cardoso — MDB; Hildérico Oliveira — MDB; Horácio Matos — ARENA; João Alves — ARENA; João Durval — ARENA; Joir Brasileiro — ARENA; Jutahy Magalhães — ARENA; Leur Lomanto — ARENA; Lomanto Júnior — ARENA; Manoel Novaes — ARENA; Menandro Minahim — ARENA; Ney Ferreira — MDB; Noide Cerqueira — MDB; Odulfo Domingues — ARENA; Prisco Viana — ARENA; Rogério Rêgo — ARENA; Rômulo Galvão — ARENA; Ruy Bacelar — ARENA; Theódulo Albuquerque — ARENA; Vasco Neto — ARENA; Viana Neto — ARENA; Wilson Falcão — ARENA.

Espírito Santo

Aloísio Santos — MDB; Argilano Dario — MDB; Gerson Camata — ARENA; Henrique Pretti — ARENA; Mário Moreira — MDB; Parente Frota — ARENA.

Rio de Janeiro

Abdon Gonçalves — MDB; Alair Ferreira — ARENA; Alberto Lavinas — MDB; Alcir Pimenta — MDB; Álvaro Valle — ARENA; Amoral Netto — ARENA; Antonio Mota — MDB; Brígido Tinoco — MDB; Célio Borja — ARENA; Daniel Silva — MDB; Darélio Ayres — ARENA; Daso Coimbra — ARENA; Dayl de Almeida — ARENA; Eduardo Galil — ARENA; Emmanoel Waismann — MDB; Erasmo Martins Pedro — MDB; Flexa Ribeiro — ARENA; Florim Coutinho — MDB; Francisco Studart — MDB; Hélio de Almeida — MDB; Hydekél Freitas — ARENA; JG de Araújo Jorge — MDB; Joel Lima — MDB; Jorge Moura — MDB; José Bonifácio Neto — MDB; José Haddad — ARENA; José Maurício — MDB; Léo Simões — MDB; Leônidas Sampaio — MDB; Luiz Braz — ARENA; Lygia Lessa Bastos — ARENA; Mac Dowell Leite de Castro — MDB; Milton Steinbruch — MDB; Miro Teixeira — MDB; Nina Ribeiro — ARENA; Osmar Leitão — ARENA; Oswaldo Lima — MDB; Pedro Faria — MDB; Peixoto Filho — MDB; Rubem Dourado — MDB; Rubem Medina — MDB; Walter Silva — MDB.

Minas Gerais

Acácio Cunha — ARENA; Altair Chagas — ARENA; Batista Miranda — ARENA; Bento Gonçalves — ARENA; Carlos Cotta — MDB; Cotta Barbosa — MDB; Fábio Fonseca — MDB; Francelino Pereira — ARENA; Francisco Bilac Pinto — ARENA; Genival Tourinho — MDB; Geraldo Freire — ARENA; Homero Santos — ARENA; Humberto Souto — ARENA; Ibrahim Abi-Ackel — ARENA; Jairo Magalhães — ARENA; Jorge Ferraz — MDB; Jorge Vargas — ARENA; José Bonifácio — ARENA; José Machado — ARENA; Juarez Batista — MDB; Luiz Couto — MDB; Luiz Fernando — ARENA; Manoel de Almeida — ARENA; Marcos Tito — MDB; Melo Freire — ARENA; Murilo Badaró — ARENA; Navarro Vieira — ARENA; Nelson Thibau — MDB; Nogueira de Rezende — ARENA; Padre Nobre — MDB; Paulino Cícero de Vasconcellos — ARENA; Raul Bernardo — ARENA; Renato Azeredo — MDB; Sílvio Abreu Júnior — MDB; Sinval Boaventura — ARENA; Tancredo Neves — MDB; Tarcísio Delgado — MDB.

São Paulo

Adalberto Camargo — MDB; A.H. Cunha Bueno — ARENA; Aírton Sandoval — MDB; Aírton Soares — MDB; Alcides Franciscato — ARENA; Amaral Furlan — ARENA; Antonio Morimoto — ARENA; Athie Coury — MDB; Aurelio Campos — MDB; Blota Junior — ARENA; Cantídio Sampaio — ARENA; Cardoso de Almeida — ARENA; Diogo Nomura — ARENA; Edgar Martins — MDB; Faria Lima — ARENA; Ferraz Egreja — ARENA; Frederico Brandão — MDB; Freitas Nobre — MDB; Gioia Junior — ARENA; Herbert Levy — ARENA; Israel Dias-Novas — MDB; Ivahir Garcia — ARENA; João Arruda — MDB; João Cunha — MDB; João Pedro — ARENA; Joaquim Bevilacqua — MDB; Jorge Paulo — MDB; José Camargo — MDB; José Zavaglia — MDB; Minoru Massuda — MDB; Octacílio Almeida — MDB; Octavio Torrecilla — MDB; Odemir Furlan — MDB; Otavio Ceccato — MDB; Pacheco Chaves — MDB; Pedro Carolo — ARENA; Roberto Carvalho — MDB; Ruy Brito — MDB; Ruy Codo — MDB; Salvador Julianelli — ARENA; Santilli Sobrinho — MDB; Sylvio Venturolli — ARENA; Ulysses Guimarães — MDB; Yasunori Kunigo — MDB.

GoIás

Adhemar Santillo — MDB; Elcival Caiado — ARENA; Fernando Cunha — MDB; Genervino Fonseca — MDB; Helio Levy — ARENA; Hélio Mauro — ARENA; Iturival Nascimento — MDB; Jarmund Nasser — ARENA; Juarez Bernardes — MDB; Onísio Ludovico — ARENA; Rezende Monteiro — ARENA; Siqueira Campos — ARENA; Wilmar Guimarães — ARENA.

Mato Grosso

Antonio Carlos de Oliveira — MDB; Benedito Canellas — ARENA; Nunes Rocha — ARENA; Ubaldo Barem — ARENA; Valdomiro Gonçalves — ARENA; Vicente Vuolo — ARENA; Walter de Castro — MDB.

Paraná

Adriano Valente — ARENA; Agostinho Rodrigues — ARENA; Alencar Furtado — MDB; Alípio Carvalho — ARENA; Álvaro Dias — MDB; Antônio Annibelli — MDB; Antônio Ueno — ARENA; Ary Kffuri — ARENA; Braga Ramos — ARENA; Cleverton Teixeira — ARENA; Expedito Zanotti — MDB; Fernando Gama — MDB; Flávio Giovini — ARENA; Gamaliel Galvão — MDB; Gomes do Amaral — MDB; Hermes Macêdo — ARENA; Igo Losso — ARENA; Ítalo Conti — ARENA; João Vargas — ARENA; Minoru Miyamoto — ARENA; Nelson Maculan — MDB; Norton Macêdo — ARENA; Olivir Gabardo — MDB; Osvaldo Buskei — MDB; Paulo Marques — MDB; Pedro Lauro — MDB; Samuel Rodrigues — MDB; Santos Filho — ARENA; Sebastião Rodrigues Júnior — MDB; Walber Guimarães — MDB.

Santa Catarina

Abel Ávila — ARENA; Adhemar Ghisi — ARENA; Albino Zeni — ARENA; Angelino Rosa — ARENA; César Nascimento — MDB; Dib Cherem — ARENA; Ernesto de Marco — MDB; Francisco Libardoni — MDB; Henrique Córdova — ARENA; Jaison Barreto — MDB; João Linhares — ARENA; José Thomé — MDB; Laerte Vieira — MDB; Pedro Colin — ARENA; Walmor de Luca — MDB; Wilmar Dallanhol — ARENA.

Rio Grande do Sul

Alceu Collares — MDB; Alexandre Machado — ARENA; Aluizio Paraguassu — MDB; Antônio Bresolin — MDB; Arlindo Kunzler — ARENA; Augusto Trein — ARENA; Carlos Santos — MDB; Célio Marques Fernandes — ARENA; Cid Furtado — ARENA; Eloy Lenzi — MDB; Fernando Gonçalves — ARENA; Getúlio Dias — MDB; Harry Sauer — MDB; Jairo Brum — MDB; João Gilberto — MDB; Jorge Uequed — MDB; José Mandelli — MDB; Lauro Leitão — ARENA; Lauro Rodrigues — MDB; Lidovino Fanton — MDB; Magnus Guimarães — MDB; Mário Mondino — ARENA; Nelson Marchezan — ARENA; Norberto Schmidt — ARENA; Nunes Leal — ARENA; Odacir Klein — MDB; Rosa Flores — MDB; Vasco Amaro — ARENA.

Amapá

Antônio Pontes — MDB.

Rondônia

Jerônimo Santana — MDB.

Roraima

Hélio Campos — ARENA.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — As listas de presença acusam o comparecimento de 53 Srs. Senadores e 348 Srs. Deputados. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Há oradores inscritos para o período de breves comunicações. Concedo a palavra ao nobre Deputado Peixoto Filho.

O SR. PEIXOTO FILHO (MDB — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, o Estado do Rio de Janeiro, que tenho a honra de representar no Congresso Nacional, foi um dos mais beneficiados pela ação administrativa do ex-Governador Paulo Torres. Consciente da representação popular que exercito nesta Casa, costumo ser imparcial, a fim de poder fazer justiça.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, por mais de uma vez ocupei esta tribuna para falar sobre a personalidade marcante do Marechal Paulo Torres, um dos mais eminentes homens públicos fluminenses.

Assim, ao ensejo do transcurso do seu aniversário natalício, ocorrido domingo último, renovo-lhe o testemunho do mais elevado apreço e fraternal estima.

O bravo soldado da Pátria, discípulo de Caxias, ilustre aniversariante, integrou a Força Expedicionária Brasileira, exerceu altos comandos e foi Presidente do Clube Militar, tendo sido também Chefe de Polícia do antigo Distrito Federal, Governador do então Território do Acre e do Estado do Rio de Janeiro, além de Presidente do Senado e do Congresso Nacional.

Como Governador do Estado do Rio, promoveu um Governo mais da Lei do que dos homens, com a impessoalidade assegurando o clima de serenidade e confiança, no qual o exercício dos direitos não se embaraça pelo espírito de facção e antes se facilita pela certeza da justiça.

Ainda mais. Identificado com os demais Poderes constituídos, no exercício do poder sempre viu na justiça a suprema inspiração das ações humanas, pautando por ela o seu comportamento no Governo fluminense.

A sua não menos brilhante passagem pelo Senado Federal, principalmente como Presidente do Congresso Nacional, ainda é recordada indistintamente por Parlamentares da ARENA e do MDB, reconhecendo-lhe as peregrinas virtudes de homem público capaz, honrado e, sobretudo, fraterno.

Nos demais cargos que exerceu durante sua longa vida pública, conduziu-se com elevado descortino, sempre imbuído dos melhores propósitos, norteando a sua ação administrativa no espírito construtivo, no sentido do bem público.

Como soldado, Paulo Torres teve os seus feitos heróicos nos campos de batalha da Itália, na última guerra mundial, destacados pelo Comandante dos Exércitos aliados, constituindo-se numa das mais gloriosas páginas da participação da Força Expedicionária Brasileira na luta contra o nazi-fascismo.

Assim, registro, orgulhoso de fazê-lo, a passagem de mais um aniversário natalício do Marechal Paulo Torres, como representante do valoroso povo fluminense, que tanto lhe é grato, por entender que o primeiro dever do homem público é a correspondência pontual, sincera e calorosa das aspirações e sentimentos populares.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Daso Coimbra.

O SR. DASO COIMBRA (ARENA — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, a CODERTE está explorando o estacionamento pago na cidade de Niterói, no Estado do Rio de Janeiro, em virtude de convênio realizado com a Prefeitura, chefiada por um emedebista, pelo qual está cobrando taxas absurdas. Não há mais uma rua no centro da cidade de Niterói que não esteja sendo explorada pela CODERTE. As taxas, que já eram grandes, aumentaram ainda mais. São cinco cruzeiros nas duas primeiras horas e cinco cruzeiros em cada hora subsequente. O absurdo está provocando revolta na população de Niterói, que não encontra lugar onde estacionar seus carros sem que lhe sejam cobradas, pela CODERTE e pela Prefeitura de Niterói, as abusivas taxas para o pequeno estacionamento.

Este é o protesto que fazemos, em nome do povo de Niterói neste instante, quando ocupamos a tribuna.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Concedo a palavra ao nobre Deputado José Zavaglia.

O SR. JOSÉ ZAVAGLIA (MDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Há bem pouco tempo, apresentamos Projeto de Lei criando a Faculdade de Medicina de São Carlos, vinculada à Universidade Federal de São Carlos.

Bem sabemos que certas atribuições legislativas são de exclusiva competência do Executivo, mas, no caso de São Carlos, devido à infra-estrutura de ensino existente, haveriam os nobres companheiros de compreender as nossas razões.

Não caberia na justificativa ao nosso projeto uma descrição mais detalhada do significado de São Carlos para com o Estado de São Paulo, e é isto que queremos fazer nesta oportunidade.

O Distrito foi criado pela lei Provincial nº 33, de 24 de abril de 1858; e a Lei Provincial nº 15, de 18 de maio de 1865, elevou-o a Município, com a denominação de São Carlos do Pinhal.

A sede municipal alcançou a categoria de Cidade por força da Lei Provincial nº 76, de 21 de abril de 1880. Em cumprimento à Lei estadual nº 1.158, de 26 de dezembro de 1908, o Município passou a denominar-se simplesmente São Carlos.

Com área de 1.120 quilômetros quadrados, o Município é o segundo em área territorial entre os 17 que integram a Microrregião de Araraquara. É limitado ao norte pelos Municípios de Rincão, Santa Lúcia e Luís Antônio; ao sul, Ribeirão Bonito, Brotas e Itirapina; a leste, Descalvado e Analândia; a oeste, Ibaté, Araraquara e Américo Brasiliense.

Segundo os resultados do VIII Recenseamento Geral do Brasil, em 1º de setembro de 1970, residiam em São Carlos 85.425 pessoas. Hoje, o Município abriga mais de 100 mil pessoas.

São Carlos é um importante centro industrial. Seu parque, segundo dados locais, é composto de mais de 365 estabelecimentos, que ocupam aproximadamente 15.000 operários. Entre os bens de consumo produzidos destacam-se: geladeiras e condicionadores de ar, tratores, implementos agrícolas, lápis, canetas, tapetes, conservas alimentícias, máquinas operatrizes, balanças, móveis, brocas e ferramentas diamantadas para perfurações de poços, tecidos de algodão etc.

De acordo com os mais recentes dados ao nosso alcance, existem no Município 799 estabelecimentos agropecuários, com área de 106.866 hectares. Do total de 13.573 hectares correspondente à área com lavouras, 10.396 eram destinados à cultura permanentes e 3.177 às temporárias.

São Carlos é igualmente um importante centro produtor de leite. A revista *Balde Branco*, editada pela Cooperativa Central de Laticínios do Estado de São Paulo, especializada em pecuária, classifica São Carlos como o Município campeão na produção de leite. A bacia leiteira baseada em São Carlos chegou a produzir anualmente mais de 35 milhões de litros de leite.

Rodovias e ferrovias articulam o Município com a Capital Estadual, as sedes municipais vizinhas e outros centros. São Carlos pela FEPASA e pelas rodovias Washington Luís, Rodovias São Carlos—Ribeirão Preto e Rodovia São Carlos—Descalvado—Ribeirão Bonito.

Sede da Delegacia Regional de Saúde, dispõe de três estabelecimentos hospitalares: Santa Casa de Misericórdia, com 240 leitos; Maternidade Dona Francisca Cintra Silva, com 48 leitos; Casa de Saúde e Maternidade São Carlos, com 94 leitos. Possui ainda 14 entidades de assistência para-hospitalar.

Sede da Universidade de São Carlos, o Município age como núcleo catalisador na atração de estudantes de ampla região do Estado. Anualmente se realizam congressos científicos, encontros de dirigentes de associações de classe, de entidades assistenciais, simpósios e torneios esportivos.

A Universidade Federal de São Carlos mantém 8 cursos oficiais. Já a Universidade de São Paulo, em seu *Campus* de São Carlos, mantém a Escola de Engenharia de São Carlos com quatro cursos e várias especializações. Igualmente mantém o Instituto de Ciências Matemáticas e a Faculdade de Direito.

Esta é a idéia que queríamos transmitir de São Carlos. Ela não é completa, pois o tempo não permitiria uma verdadeira descrição da nossa cidade, do seu povo e das suas potencialidades. Mas falta-nos a Faculdade de Medicina. É nela que prosseguiremos a nossa tarefa de educar os jovens. Com ela formaremos uma nova geração de

profissionais capazes de cobrir parte da defasagem existente na relação médico/habitante em nosso Brasil.

Era o que tínhamos a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Jerônimo Santana.

O SR. JERÔNIMO SANTANA (MDB — RO. Pronuncia o seguinte discurso) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, prossegue a perseguição aos colonos e posseiros em Rondônia.

Funcionários do INCRA, ao invés de amparar os colonos e suas famílias, finalidade desta autarquia, em consonância com a Lei Agrária, estão participando de operações de despejos de colonos, prestando serviços aos grupos. Uma tristeza o desvirtuamento do INCRA em Rondônia.

Como prova do que alego, leio a denúncia que recebi dos colonos de Ariquemes, *verbis*:

"Exmº Sr.
Deputado Jerônimo Santana
Câmara dos Deputados
Brasília-DF

Senhor Deputado:

Os infra-assinados, brasileiros, casados, posseiros, residentes na Cajazeira, margem da BR-364, próximo a Vila Ariquemes, neste Município e Comarca de Porto Velho-RO, tendo aproveitado a oportunidade da desapropriação do referido Seringal, como é do conhecimento geral, vários lavradores entraram na citada região, onde derrubaram matas e construíram casas, fizeram plantações de lavoura branca, cafezal e outras árvores frutíferas; agora, quando os mesmos estão usufruindo de suas benfeitorias, chega a Polícia, ou seja, o Tenente, através de policiais, dizendo ser ordem do Tenente Brasil e do Dr. Vismar, Chefe do INCRA de Ariquemes e Delegado da mesma Vila, para desocupar a referida área dentro de 48 (quarenta e oito) horas, sem direito a nada; alguns posseiros se obrigaram a assinar contrato, comprometendo-se a desocupar suas benfeitorias dentro de quatro meses, perdendo tudo o que possuem, assinaturas estas forçadas, cujo contrato o não quis entregar a 2ª via aos posseiros, dizendo que quem não assinasse o mencionado contrato sairia dentro de 24 horas. Os posseiros prejudicados vêm, por meio desta, solicitar à V. Exª denunciar as irregularidades dos corruptos do INCRA e das autoridades subordinadas as quais fazem com ordem dos mesmos.

Certo da atuação de sempre na Câmara Federal, agradecemos antecipados.

Sem outro particular, subscrevem... Assinam 20 posseiros."

"Ariquemes (RO), 27 de março de 1977.

Exmº Sr.
Dr. Jerônimo Santana
Deputado Federal
Brasília-DF

Senhor Deputado:

Os infra-assinados, brasileiros, casados, lavradores, residentes na linha C-50, a altura do KM-207, na Cajazeira, BR-364, próximo à Ariquemes, sendo posseiros desde 1975, onde o INCRA já cortou para colonização lotes de 400 x 2.500 metros, havendo lavouras de café e lavoura branca, inclusive árvores frutíferas, barracos construídos etc., quando agora apareceu na região o Sr. Vilmar Canuto, outros dizem ser o Dr. Vilmar Cafune, o qual disse que é da Polícia Federal no Território de Rondônia, o qual requisitou o Tenente Brasil, Delegado de Ariquemes, juntamente com um policial chamado de Zé Bala, e mais dois jagunços, sendo um dos jagunços o Sr. João Geada, os quais chegaram nas casas dos lavradores e

prenderam e algemaram os mesmos, levando-os para Ariquemes, todos armados de metralhadoras; quando chegaram em Ariquemes, considerando que o Sr. Manoel Nunes Vieira era o chefe, levaram ao Escritório do INCRA, em Ariquemes, e obrigaram a assinar um contrato, para que o mesmo desocupasse a área dentro de quatro meses a partir da data; de maneira que, aproximando o vencimento, o referido Senhor que diz ser da Polícia Federal, ou seja, o Dr. Vilmar, veio com a Polícia de Ariquemes, juntamente com dois jagunços, pressionando todos os posseiros a saírem de suas posses, tirando o direito de suas posses, perdendo todos os serviços sem indenização, ainda advertindo que os que não saírem serão presos e levados para a Ilha de Santo Antônio ou para a Colônia Penal em Porto Velho. Isto foi dito pelo que diz ser da Polícia Federal, dizendo ainda que se voltarem para dentro da referida posse serão presos para nunca mais voltarem ou saírem da cadeia. De maneira, Sr. Deputado, os prejudicados necessitam de um apoio e para isto solicitam de V. Exª fineza de comunicar ao Senhor Presidente da República, Gen. Ernesto Geisel, que até a Polícia Federal de Rondônia está pressionando, juntamente com os policiais militares e jagunços. Aliás, o INCRA já cortou a área e este mesmo INCRA está apoiando para tirar os lavradores, para entregar as terras ao Fazendeiro Vitor Decresse, grileiro da região.

Na esperança de serem atendidos, agradecemos antecipados.

Sem outro particular, subscrevem,

Atenciosamente... Assinam a presente 7 lavradores."

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Antônio Bresolin.

O SR. ANTÔNIO BRESOLIN (MDB — RS. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas, a Associação Rio-Grandense de Imprensa é uma prestigiosa entidade que há tempos vem se destacando, não só por defender intransigentemente os profissionais da imprensa, mas também por difundir cultura e semear jornalistas da maior estirpe em diferentes Estados da Federação.

Preside esta benemérita instituição, há largos anos, o brilhante jornalista Alberto André, emérito professor universitário. Sempre assessorado pelos demais membros do corpo diretivo, através de sucessivas gestões, vem prestando os melhores serviços à classe e ao jornalismo gaúcho e nacional.

Ainda gora, fazendo a prestação de conta de sua última gestão, o jornalista Alberto André informa:

"Como tem feito nos anos anteriores, a Diretoria da Associação Rio-Grandense de Imprensa vem tornar público seu Relatório e Balanço de 1976, contendo prestação de contas e a enumeração de suas principais atividades.

Ao fazê-lo, deseja expressar seus agradecimentos a todos os que, no exercício passado, participaram de suas atividades e lhe deram sua colaboração. Além das exigências legais e estatutárias desta iniciativa, acresce o fato de haver recebido dotações públicas, decorrentes de verbas pessoais, e de cooperação variada, recursos e serviços que militaram em favor de suas finalidades associativas e de interesse público.

Esperando que a documentação esteja a contento e forneça uma síntese do seu trabalho no período, renova seu reconhecimento, na expectativa de que continuará a merecer a confiança de seus amigos e colaboradores."

E no início de amplo e fundamentado relatório, o jornalista Alberto André acrescenta:

"O ano transcorreu normal para a entidade, os seus serviços foram prestados regularmente e o programa cumprido. Depois das comemorações que assinalaram os 40 anos da

ARI em 1975, seria natural fosse o exercício seguinte mais de rotinas do que de destaques."

Os associados deste importante órgão estão de parabéns com os trabalhos realizados pelos dirigentes da ARI. Oxalá que a família jornalística do meu Estado continue unida em torno da sua prestigiosa instituição. Com o trabalho eficiente do corpo diretivo e com a estreita colaboração de todos, a Associação Rio-Grandense de Imprensa continuará rasgando caminho na defesa intransigente dos superiores interesses da comunidade rio-grandense e brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Florim Coutinho.

O SR. FLORIM COUTINHO (MDB — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, por Partido político entendemos a agremiação de cidadãos livres, dirigidos por um líder e unidos por interesses comuns, na busca de alcançar, direta ou indiretamente, os postos eletivos do Poder Público.

O MDB segue esta linha, e como tal cumpre seja respeitado.

Numa cidade do interior paulista, há poucos dias o MDB convocou os dirigentes locais para uma reunião. Seria apenas mais um encontro dos integrantes do Diretório do Partido, como é curial em qualquer Partido político em país sob regime democrático, e mais normal ainda devia ser em o nosso, em que apenas duas agremiações partidárias existem.

Seria uma reunião de rotina, para tratar de assuntos da economia interna do MDB, que só a ele dizem respeito, e somente a ele interessam.

Apesar disso, Sr. Presidente, a reunião não foi realizada.

Mas o que houve, afinal?

É que lá compareceu um "convidado" que ninguém convidara, um *penetra indesejado*, completamente estranho ao Diretório, que nada tinha que fazer ali.

Não tinha aparentemente, pois, segundo ficou esclarecido posteriormente, se tratava de um espia, de um espião a serviço dos "escalões superiores".

A reunião, de um órgão de um Partido político no exercício regular de suas atribuições, não pôde ser levada a efeito, devido à presença incômoda e impertinente de um policial, que nada tinha a ver com ela, que não poderia ali estar ou sequer justificar sua presença.

O Diretório em referência jamais esteve sob suspeita; nunca foi de nada acusado.

Por que, então, colocá-lo sob vigilância policial? Por que sujeitá-lo a tão deprimente vexame? Será que se ia cuidar de subversão? Que se tratava do conluio de subversivos, de perigosos elementos a tramarem operações de guerra revolucionária?

Ao que todos sabemos, Sr. Presidente, as derradeiras Emendas Constitucionais da véspera não tocaram no § 27, do art. 153, da Constituição, que continua acima de tudo assegurando:

"Todos podem reunir-se sem armas, não intervindo a autoridade senão para manter a ordem."

Ninguém foi armado para a reunião do Diretório do MDB em questão.

Como explicar ali a nefanda, a sinistra presença de um policial bandeirante?

Servimo-nos do ensejo, Sr. Presidente, para esclarecer às autoridades competentes — que Deus nos perdoe a injúria — o seguinte: há uma confusão generalizada, infelizmente, entre a tão falada e decantada segurança e a pouco referida proteção. Tal confusão, sobre ser perigosa, é também perniciososa, por atingir até os escalões mais elevados.

Existe uma diferença fundamental entre segurança e proteção. A segurança só existe em função de três parcelas que se somam, sem que possa faltar nenhuma delas, sem o que instituto não se verifica. Esses elementos são: a *informação*, um *tempo hábil* para que seja

transmitida a quem de direito, e um *dispositivo* para explorar ou realizar o que for necessário.

A proteção se constitui apenas de dois elementos: o dispositivo e o *tempo hábil para acioná-lo*. Esse dispositivo tanto pode ser uma força armada qualquer, como um dispositivo mecânico, elétrico, eletrônico ou outro. Quando se tranca portas, colocam-se grades de ferro, muros, sistemas de alarme, e outros que tais, isso é proteção. Protege, mas não informa. Como se verifica, Sr. Presidente, a proteção pode existir sem a informação.

A segurança não existe sem a informação; mas a proteção pode existir sem a informação.

Em virtude dessa freqüente confusão, muito policial e órgãos e corporações de polícia se metem a fazer segurança, quando apenas lhes compete a proteção.

O resultado é o que se presencia: a população ordeira continua desprotegida, exposta à sanha dos criminosos que continuam às soltas; e a gente honesta, a praticar os poucos direitos que lhe restam, é posta sob vigilância, ainda mesmo quando convocada para uma reunião de rotina de seu Partido.

Cumpra aos policiais manterem-se no âmbito restrito de suas atribuições, a serviço da Proteção dos indivíduos.

Essas indébitas intromissões poderão gerar clima que a ninguém interessa.

Para que se mantenha o *modus vivendi* democrático, urge que cada macaco se mantenha em seu galho.

Era, Sr. Presidente, o que tínhamos para dizer.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Minoru Massuda.

O SR. MINORU MASSUDA (MDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

A política não é somente a ciência do poder, mas, também, a arte de governar, com vistas à realização do bem comum. Como ciência, seu lugar é nas escolas, nos simpósios, na pesquisa dos fatos sociais e econômicos. Dificilmente os teóricos ou técnicos têm condição para o exercício da liderança política, porque, habituados à racionalização, afeitos à linguagem fria de pesquisa, tendem a orientar-se mais pelo que costumam chamar de eficiência que pela aplicação da equidade.

O líder político tem aquele "saber de experiência feito", que se obtém no íntimo contacto com as aspirações populares, ou também se afirma por uma vocação natural para o diálogo, num procedimento dialético bem diverso da lógica formal dos técnicos, dos cientistas puros, dos pesquisadores de gabinete.

Os economistas, por exemplo, confiam na estatística como prova infalível e criam padrões como o da renda *per capita*, que nada mais é do que uma abstração numérica, pois pode ser muito elevada, com o povo na miséria e com a concentração de riquezas nas mãos de alguns poucos privilegiados. Também o Produto Interno Bruto pode estar crescendo muito, enquanto a inflação corrói a economia da enorme massa daqueles menos afortunados.

Nem sempre os professores de ciências sociais e econômicas são bons políticos.

Edouarde Benés, por exemplo, foi um grande mestre de Economia Política e de Sociologia em Praga, mas, assumindo a chefia do Governo da Tchecoslováquia, em 1954, três anos depois entregava o poder aos comunistas.

Kerenski era também jurista e, quando quis apoiar-se nos militares, para resistir aos bolchevistas, foi expulso do poder, tornando-se responsável pela ascensão de Lenine na Rússia.

Marcelo Caetano, doutor em Direito, não soube suceder, convenientemente, a Salazar, e deixou Portugal cair na anarquia.

César, depois de conquistar as Gálias, caiu sob o punhal de Brutus. O militarismo de Hitler conduziu a Alemanha ao desastre, como antes acontecera com o Kaiser Guilherme II. O mesmo ocorreu com Mussolini, com suas milícias na Itália. Napoleão, depois de levar a guerra a toda a Europa, afundou a França em Waterloo. De todos os

presidentes militares dos Estados Unidos, a nação americana só venera Washington, general improvisado nas lutas da Independência, entretanto, geralmente é execrada a memória do Presidente Jackson. E até De Gaulle foi, finalmente, repudiado pelo voto, como Pétain terminou executando, depois de governar a França.

Técnicos e militares, geralmente, tendem a exigir uma submissão e uma disciplina passiva, que o povo repele, e confundem espírito libertário com anarquia e indisciplina, oposição com contestação, a nação com um quartel.

Se falha seu poder de coerção, afogam-se no dinamismo do povo e perdem o controle da nação.

Isso, o que a História tem demonstrado.

Já o verdadeiro político tem a vocação da liderança popular, sente o povo e a vivência de suas aspirações, identifica-se nas suas energias dinâmicas e encontra, sempre, nas piores crises, o denominador comum das tendências da comunidade, para orientá-las construtivamente.

Portanto, já é tempo de devolver aos políticos o comando da administração, colocando os tecnocratas no seu devido lugar, antes que o povo se transforme em massa amorfa, sem dinamismo nem criatividade, silencioso e cabisbaixo, contristado e inerme.

Se treze anos de domínio da tecnocracia nada significam em relação ao tempo cósmico, podem parecer uma eternidade para uma nação ansiosa de liberdade, desejosa de participar da condução de seus próprios destinos.

Nesse transcurso de tempo, a população se renovou em pelo menos um terço, no que tange à participação no mercado de trabalho e à integração na realidade política do País. Essa gente deseja renovação, substituição das lideranças anquilosadas, retorno à política como arte do bem comum.

Só não vê isso quem não quer enxergar ou pretende perpetuar-se no Poder imposto, ou apenas consentido pela inércia das maiorias silenciosas.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Antônio Ueno.

O SR. ANTÔNIO UENO (ARENA — PR — Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

É com imensa satisfação que desejo registrar, nesta Casa, fato auspicioso para a agricultura paranaense e — por que não dizer — para a própria economia do País: o Paraná, praticamente, já cumpriu a quota de 130 milhões de novos pés de café, fixada pelo Instituto Brasileiro do Café, em seu Plano de Renovação e Revigoração da Cafeicultura, lançado em agosto do ano passado, em Nova Esperança.

Com o prazo para valer-se do plano da referida autarquia esgotando-se no próximo dia 31 de maio, o Governo do Paraná, através da Secretaria da Agricultura, saiu a campo para cumprir esta importante etapa na fixação da nova cafeicultura deste promissor Estado. É fato público e notório que o Estado do Paraná é o maior produtor de café deste País, quando sua lavoura cafeeira está produzindo em condições normais. Arrasada que foi, em julho de 1975, por uma geada negra sem precedentes, a cafeicultura paranaense aos poucos se recupera, devendo ocupar novamente o seu lugar de liderança.

É sabidamente no Paraná, Srs. Congressistas, que ainda predominam as melhores condições de clima e solo para o desenvolvimento de uma cafeicultura realmente moderna e produtiva. Mesmo o risco natural das geadas não tem sido um oponente intransponível a esta atividade agrícola de extraordinária relevância para o Brasil.

Mesmo sabendo que o desejo das autoridades ligadas ao café pretendem favorecer o plantio de milhões de novos pés em Estados como Minas Gerais e Bahia, afirmando, quem sabe, que dessa forma a cafeicultura brasileira estaria a salvo das geadas sulinas, toda a pesquisa tecnológica desenvolvida até hoje no setor cafeeiro, diz que é o Paraná o Estado ainda indicado para um plantio rentável.

Valendo-se dos subsídios apresentados pela pesquisa, o Paraná está implantando uma nova cafeicultura. Plantio em curvas de nível,

espaçamento correto, condições para controle de ferrugem e bicho-mineiro através de meios mecânicos, adubação e, sobretudo, plantio nos espigões-mestres da região norte do Estado — são os indicativos de que nosso Estado terá muito em breve uma cafeicultura modelo para o resto do País, e até para o resto do mundo.

Com um parque cafeeiro de 650 a 700 milhões de pés, em aproximadamente 9.000 mil hectares, o Paraná poderá voltar a produzir 10 milhões de sacas anuais do produto e assim contribuir de maneira altissonante para o equilíbrio da balança de pagamentos.

Sr. Presidente, na verdade, o Brasil poderá ter plantios de café em outros Estados, mas jamais terá uma cafeicultura tão forte e pujante como a paranaense. É uma questão de lógica e bom-senso. Por todos estes motivos, faço um apelo para que o presidente do Instituto Brasileiro do Café, Sr. Camilo Calazans e sua Diretoria, lancem um novo plano de renovação no Paraná tão logo este que ainda vigora atinja o seu prazo final.

Para a cafeicultura brasileira ser ainda mais forte, é indispensável que o Paraná continue produzindo a todo vapor.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Com a palavra o Sr. Deputado Geraldo Guedes.

O SR. GERALDO GUEDES (ARENA — PE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Faleceu, no Recife, o Prof. Waldemar de Oliveira, abrindo-se, com sua morte, largo círculo de pesar em nosso Estado. Foi ele médico, professor, educador, no sentido amplo que a palavra contém, além de teatrólogo e jornalista.

Como teatrólogo, foi importante a contribuição que prestou ao teatro brasileiro, criando, sobretudo, o Teatro de Amadores, que tantas glórias trouxe para Pernambuco. Não se podia conceber qualquer idéia sobre teatro, qualquer que fosse seu aspecto, sem que não se associasse ao assunto, obrigatoriamente, a figura inesquecível de Waldemar de Oliveira.

Membro da Academia Pernambucana de Letras, escrevendo com facilidade, muito respeitava as normas gramaticais, sem a pretensão de ser gramático. Tinha estilo fluente, simples e suave.

Combateu sepre, na primeira frente, pelas causas e ideais que interessavam à nossa terra e ao nosso povo. Era um nome de Pernambuco, de relevo nacional, graças à projeção espiritual de sua atividade.

Tendo agora desaparecido, parece-me justo que nossa bancada lhe preste a devida homenagem, fazendo inserir na ata dos trabalhos este voto de pesar, que peço a V. Ex^a, Sr. Presidente, seja submetido à aprovação e, depois de aprovado, dele seja dado conhecimento à ilustre família do pranteado Prof. Waldemar de Oliveira.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Fernando Coelho.

O SR. FERNANDO COELHO (MDB — PE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Tomou posse, recentemente, na cadeira nº 4 da Academia de Artes e Letras de Pernambuco, como seu primeiro ocupante, o escritor Luiz Vital Duarte, autor de "Olinda na Formação da Nacionalidade" e de vasta obra que o credencia como um dos mais fecundos historiadores brasileiros contemporâneos. Quando apresentamos, na Câmara dos Deputados, o Projeto de Lei nº 1.440, de 1975, que erige em monumento nacional a cidade de Olinda, colhemos em seus trabalhos subsídios valiosos para justificar a proposição.

Em seu discurso de posse na novel Academia, o ilustre escritor abordou o tema "Matias de Albuquerque — Herói de Duas Pátrias", traçando o perfil biográfico do grande olindense e estudando sua participação tanto na guerra holandesa, como em Portugal, após a proclamação de D. João IV, quando foi seguidamente General, Comandante do Exército e, por três vezes, Governador do Alentejo. Herói da insurreição pernambucana e da guerra da restauração portuguesa, faltava ao grande olindense um estudo como esse, que o fizesse mais conhecido dos seus compatriotas.

Registrando o fato nos Anais desta Casa e assinalando o mérito das pesquisas históricas do autor, somos todos gratos a Luiz Vital Duarte, pelo trabalho que vem desenvolvendo em favor dos valores mais expressivos da Nacionalidade.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Está encerrado o período destinado a breves comunicações. (Pausa.)

A Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se amanhã, às 19 horas, destinada à apreciação do Projeto de Lei nº 5, de 1977-CN.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Passa-se-à

ORDEM DO DIA

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 49, de 1977-CN (apresentado pela Comissão Mista como conclusão de seu Parecer nº 54, de 1977-CN), aprovando o texto do Decreto-lei nº 1.536, de 13 de abril de 1977, que reajusta os vencimentos dos servidores das Secretarias do Tribunal Federal de Recursos e do Conselho da Justiça Federal e dá outras providências.

Em discussão o projeto. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-lo, declaro-a encerrada.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Aprovado o projeto de decreto legislativo pelas duas Casas do Congresso e dispensada a redação final, nos termos regimentais, a matéria vai à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Nada mais havendo que tratar, encerro a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 10 minutos.)

DISCURSO PROFERIDO PELO SR. ABEL ÁVILA NA SESSÃO CONJUNTA REALIZADA EM 20-5-77, ÀS 11 HORAS, QUE SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE:

O SR. ABEL ÁVILA (ARENA — SC. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

No início deste mês, estiveram reunidas, em Gramado, no Rio Grande do Sul, as Federações das Indústrias dos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, para analisar, em seu IX Encontro, a atual Vida Econômica do Brasil.

Trata-se de importante colaboração com as autoridades brasileiras responsáveis pela condução da economia nacional.

O exame daquelas Federações se atém desde a inflação, passa pelo crédito, meios de pagamento, endividamento da empresa privada, mercado de capitais, comércio exterior, balanço de pagamentos, correção monetária, controle de preços e chega a formular proposições que buscam a consolidação de um sistema produtivo eficiente e progressista.

É de se ressaltar, das conclusões finais do importante encontro, o desejo de que seja estabelecido "de forma constante" o indispensável diálogo, tão útil e necessário, entre aqueles que se dedicam às atividades empresariais e o Poder Público, destacadamente nos assuntos que se relacionam com a política econômica do Governo.

Recíproco é o desejo dos empresários e homens do Governo, no sentido de que o País atinja a sua almejada meta de desenvolvimento e que o Brasil ressurgja, definitivamente e a curto prazo, entre aqueles catalogados como países desenvolvidos.

Desejam os empresários brasileiros não o paternalismo dependente, mas a liberdade de desenvolver as suas importantes atividades, com o zelo e a necessária cobertura do Poder Público, através de uma política voltada para a defesa dos interesses nacionais, mas dirigida, também, àqueles que, preocupados com o desenvolvimento social e econômico do Brasil, precisam zelar pelos vultosos investimentos aplicados, fruto de uma longa e exaustiva luta que sói ser a dos que se dedicam ao setor industrial deste País.

A disposição dos representantes das Federações das Indústrias dos Estados meridionais, reunidos em Gramado, no Rio Grande do Sul, ao reafirmarem "seu desejo de continuarem cooperando com o Governo na busca de soluções para a transitória conjuntura de dificuldades que será superada — assim esperam — no menor prazo possível", é por todos os ângulos meritória.

Dada a destacada e relevante importância do documento, denominado de "Carta de Gramado", cuja cópia nos foi atenciosamente dirigida pelo Dr. Bernardo Wolfgang Werner, Presidente da Federação das Indústrias de Santa Catarina, é que o fazemos integrante de nosso pronunciamento, por merecer, sem qualquer dúvida, constar dos Anais do Congresso Nacional, razão por que procedemos à leitura de alguns tópicos, por considerá-los da mais alta importância, mormente neste momento em que o País se vê às voltas com sérios e preocupantes problemas na sua economia: **INFLAÇÃO** — "Muito se tem discutido sobre as medidas de combate à inflação, precisamente porque também muito se tem questionado suas causas. Temos uma inflação de custos? Obviamente que sim e a crise do petróleo foi a principal causa.

Em qualquer orçamento (doméstico ou empresarial), quando ocorre aumento de um componente de despesa, o que se faz? Compensa-se o aumento com a redução de outros componentes de custos, ou aumenta-se a receita ou os preços para absorvê-lo.

Temos uma inflação de demanda? Também é evidente que sim. O que se deve fazer quando um produto custa mais por causa de sua excessiva demanda? Cortar ou "desaquecer" os meios para comprá-lo ou aumentar sua produção. Na primeira hipótese, dificilmente haverá redução de preço, pois sempre existirá alguém pagando muito pela relativa pouca produção e, ao contrário, quando esta é aumentada, ocorre a estabilização resultante do equilíbrio entre oferta e demanda.

A restrição de crédito, elevação da taxa de juros, aumento de impostos e demais encargos que agravam os custos operacionais, são fatores inflacionários, por influírem no preço final do bem produzido. Por outro lado, a redução dos custos operacionais, através do crédito adequado e demais estímulos à produção, fortalecem a Economia, combatem a inflação e, principalmente, elevam os padrões sociais." **ENDIVIDAMENTO DA EMPRESA PRIVADA — CAPITALIZAÇÃO** — "Se nossa economia está assentada no crédito, é lógico que seu endividamento só pode ser elevado. Esta distorção acaba de ser reconhecida inclusive pelo Governo Federal.

A partir desse fato, se constata que a política de controle de meios de pagamentos — que deveria estar a serviço da capitalização da empresa privada nacional — abandona esse objetivo para se constituir em poderosa arma manobrada pelos que pensam que as finanças precedem a economia.

A empresa privada brasileira sofre, hoje, círculo vicioso: vive porque tem crédito, tem crédito para pagar o que deve e deve para poder sobreviver.

Verifica-se, então, que a capitalização é o grande problema. Mas a solução não é o crédito, pois tanto faz emprestar para capitalizar, como capitalizar para poder emprestar: sempre se está devendo o empréstimo.

O importante é a **rentabilidade**. Assegurada esta, o capital surge naturalmente, tanto para pagar financiamentos como para reduzir sua dependência deles. Os "inimigos" do lucro deveriam atentar para o fato de que a rentabilidade é um componente de relativa pouca expressão no custo de um produto, ainda mais se a cotejarmos com as despesas financeiras e tributárias. Em contrapartida, ela é a

base para um sadio capitalismo social que deve ser consagrado neste País." **COMÉRCIO EXTERIOR** — "A experiência tem demonstrado que dispositivos meramente financeiros para redução de importações não têm surtido plenos efeitos. Ademais, através de maiores custos, agravam a inflação. Parece claro que para reduzir importações se disponha de menos divisas e não de divisas mais caras. É evidente que o problema não é simples, mas a política do setor deve ser norteada por princípios seguros. Seria válido pensar-se mais em seletividade do que em penalidades para as importações. Na atualidade, o poderio financeiro é que determina a capacidade de importar.

Quanto às exportações, é altamente louvável o grande esforço brasileiro, plenamente apoiado pelo Governo. É verdade que podem ocorrer distorções conjunturais, perfeitamente sanáveis. Maior descentralização e agilização dos mecanismos e procedimentos tornam-se imperativo, diante de uma pauta exportadora que rapidamente se expandiu e, notadamente, se diversificou." **PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS** — "É notório que as pequenas e médias empresas são a grande maioria do nosso parque econômico. E representam o maior potencial de produção de riqueza, face à agilidade e criatividade com que podem responder aos programas de crescimento. O pacote de medidas em curso para atender suas peculiaridades não esgota seus problemas.

É que o atual complexo financeiro-tributário é altamente desfavorável às pequenas e médias empresas. De início, impõe-se a unificação dos vários conceitos de enquadramento desse tipo de empreendimento, para que, afinal, resulte uma só definição.

É importante a adoção de normas contábeis-tributárias simplificadas, a fim de que o empresário, em sua gestão, possa se concentrar no trato dos negócios propriamente ditos. A propósito, seria conveniente restringir o poder para legislativo de chefes de repartições, de escalão inferior, que vivem a criar formulários para que o pequeno empresário preencha." **CONTROLE DE PREÇOS** —

"Uma política de controle de preços dificilmente pode se harmonizar com uma economia considerada livre, especialmente dentro de um processo inflacionário e mesmo porque é impraticável sua aplicação em todos os ciclos produtivos, admitida sua existência. O controle, tal como ocorre, vindo de cima para baixo só provoca achatamento da rentabilidade, sem alcançar plenamente seus objetivos.

É evidente que se deve controlar os abusos, mas não abusar dos controles, pois no fim tudo resulta inócuo. Tanto o controle em si quanto o exercício do seu poder.

A estabilidade poderia ser alcançada, também, através da revisão de componentes que influenciam as estruturas de preços, como tarifas de serviço público e custos financeiros. Estímulos fiscais, por sua vez, poderiam ser exercitados como ferramenta destinada a dificultar a elevação de preços."

O referido documento aborda outros destacados problemas e que estão a desafiar a argúcia dos responsáveis pela área econômica do País e conclui por fazer algumas proposições, em vários campos tais como o econômico, o tributário-administrativo, o comércio exterior, o do relacionamento Poder Público — Empresa Privada e apresenta, em suas conclusões básicas, várias e valiosas sugestões que entendemos devam ser examinadas e quem sabe adotadas pelo Governo, como séria colaboração no sentido de se encontrar a melhor diretriz para o equilíbrio econômico da Nação, em que estejam defendidos os interesses nacionais e da mesma forma os dos empresários brasileiros.

Era nosso intento transcrever, na íntegra, este importante documento — A Carta de Gramado — o que régimentalmente nos é impedido de fazê-lo. De qualquer forma procuramos registrar nos Anais do Congresso Nacional o significativo encontro dos empresários do sul brasileiro.

Era o que tinha a dizer.

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA

Seção I (Câmara dos Deputados)

Via-Superfície:		Via-Aérea:	
Semestre	Cr\$ 200,00	Semestre	Cr\$ 400,00
Ano	Cr\$ 400,00	Ano	Cr\$ 800,00
Exemplar avulso	Cr\$ 1,00	Exemplar avulso	Cr\$ 2,00

Seção II (Senado Federal)

Via-Superfície:		Via-Aérea:	
Semestre	Cr\$ 200,00	Semestre	Cr\$ 400,00
Ano	Cr\$ 400,00	Ano	Cr\$ 800,00
Exemplar avulso	Cr\$ 1,00	Exemplar avulso	Cr\$ 2,00

Os pedidos devem ser acompanhados de Cheque Visado, Vale Postal, pagáveis em Brasília ou Ordem de Pagamento pelo Banco do Brasil S.A. — Agência Parlamento, Conta-Corrente nº 498705/5, a favor do:

CENTRO GRAFICO DO SENADO FEDERAL

Praça dos Três Poderes — Caixa Postal 1.203 — Brasília - DF

CÓDIGO PENAL MILITAR

Quadro Comparativo

- Decreto-Lei nº 1.001/69
- Decreto-Lei nº 6.227/44

Contendo ainda textos do Anteprojeto (Ivo D'Aquino), Exposição de Motivos (Min. Gama e Silva), Código de Processo Penal Militar, Lei de Organização Judiciária Militar e ementário de legislação sobre Justiça Militar e Segurança Nacional.

"Revista de Informação Legislativa" nº 26
439 páginas

Preço: Cr\$ 20,00

REGISTROS PÚBLICOS

nova lei anotada

- Redação atualizada da Lei nº 6.015/73, com as alterações das Leis nºs 6.140/74 e 6.216/75, contendo notas explicativas e remissivas;
- Redação vigente do Decreto nº 4.857, de 9-11-1939, seguida de notas explicativas do seu texto, com apresentação das redações anteriores.

"Revista de Informação Legislativa" nº 46 — 328 páginas

Preço: Cr\$ 30,00

Os pedidos de publicações deverão ser dirigidos à
SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS DO SENADO FEDERAL
Ed. Anexo I, 11º andar, Praça dos Três Poderes — 70000 — BRASÍLIA — DF,
acompanhados de cheque nominal, visado, pagável em Brasília e emitido a favor do
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL,
ou pelo sistema de Reembolso Postal

CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

QUADRO COMPARATIVO ANOTADO

**O NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL (LEI Nº 5.869/73,
COM AS ALTERAÇÕES DA LEI Nº 5.925/73) COMPARADO AO
CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL ANTERIOR (DECRETO-
LEI Nº 1.608/39 COM REDAÇÃO ATUALIZADA).**

2 VOLUMES

1º VOLUME:

**QUADRO COMPARATIVO DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO
CIVIL COM DISPOSITIVOS DA LEGISLAÇÃO ANTERIOR;**

2º VOLUME:

NOTAS (de nºs 1 a 835) CONTENDO:

- **LEGISLAÇÃO CORRELATA;**
- **JURISPRUDÊNCIA;**
- **DOCTRINA;**
- **EMENDAS APROVADAS PELO CONGRESSO NACIONAL;**
- **EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS E PALESTRA DO PROF. ALFREDO BUZAID;**
- **LEGISLAÇÃO ESTRANGEIRA; E**
- **REMISSÕES.**

NOTAS (de nºs 1-A a 95-A) documentam a redação original de dispositivos do Código, Lei nº 5.869/73, alterado pela Lei nº 5.925/73.

PREÇO: Cr\$ 70,00

A venda no SENADO FEDERAL, 11º andar

**Os pedidos de publicação deverão ser dirigidos à
SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS DO SENADO FEDERAL,
Ed. Anexo I, 11º andar, Praça dos Três Poderes — 70000 — BRASÍLIA — DF,
acompanhados de cheque nominal, visado, pagável em Brasília e emitido a favor do
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL,
ou pelo sistema de REEMBOLSO POSTAL.**

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Emendas Constitucionais

nº 1, de 1969,
nº 2, de 1972,
nº 3, de 1972,
nº 4, de 1975,
nº 5, de 1975, e
nº 6, de 1976.

EDIÇÃO 1976

(formato bolso)

130 páginas

Preço: Cr\$ 10,00

À venda no SENADO FEDERAL, 11º andar

Os pedidos de publicação deverão ser dirigidos à
SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS DO SENADO FEDERAL
Ed. Anexo I, 11º andar, Praça dos Três Poderes — 70000 — BRASÍLIA — DF
acompanhados de cheque nominal, visado, pagável em Brasília e emitido a favor do
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL
ou pelo sistema de REEMBOLSO POSTAL.

SEGURANÇA NACIONAL

I — Legislação Constitucional

II — Quadro Comparativo: Decreto-Lei nº 898/69

Decreto-Lei nº 510/69

Decreto-Lei nº 314/67

Lei nº 1.802/53

III — Notas

IV — Jurisprudência

"Revista de Informação Legislativa" nº 39
421 páginas

PREÇO: Cr\$ 25,00

À venda no SENADO FEDERAL, 11º andar

Os pedidos de publicação deverão ser dirigidos à
SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS DO SENADO FEDERAL
Ed. Anexo I, 11º andar, Praça dos Três Poderes — 70000 — BRASÍLIA — DF,
acompanhados de cheque nominal, visado, pagável em Brasília e emitido a favor do
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL
ou pelo sistema de REEMBOLSO POSTAL.

CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO

Texto atualizado da CLT, comparado ao texto original de 1943 e a todas as alterações, introduzidas durante mais de 30 anos de vigência.

Notas explicativas.

Legislação correlata.

616 páginas

Edição: agosto de 1974

PREÇO: Cr\$ 35,00

Os pedidos de publicações deverão ser dirigidos à
SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS DO SENADO FEDERAL
Ed. Anexo I, 11º andar, Praça dos Três Poderes — 70000 — BRASÍLIA — DF
acompanhados de cheque nominal, visado, pagável em Brasília e emitido a favor do
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL,
ou pelo sistema de Reembolso Postal

TRÂNSITO

Legislação atualizada.

Código Nacional de Trânsito e seu Regulamento — atualizados

Legislação especial e correlata.

Ilícitos penais do Trânsito.

Resoluções do CONTRAN.

Notas — Comparações — Remissões

Furto do uso.

"Revista de Informação Legislativa" nº 38

452 páginas

Preço: Cr\$ 25,00

SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS DO SENADO FEDERAL
Ed. Anexo I, 11º andar, Praça dos Três Poderes — 70000 — BRASÍLIA — DF
acompanhados de cheque nominal, visado, pagável em Brasília e emitido a favor do
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL,
ou pelo sistema de Reembolso Postal

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL
Caixa Postal 1.203
Brasília — DF

EDIÇÃO DE HOJE: 16 PÁGINAS

PREÇO DESTE EXEMPLAR: Cr\$ 1,00